

SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO

¹Gabriel Miguel Almeida Felix

Resumo: O capitalismo monopolista cria o espaço socio-histórico necessário para a gênese e profissionalização do Serviço Social. A partir do estudo da obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” de José Paulo Netto (1992), o presente estudo busca construir a relação entre “questão social”, política social e Serviço Social, desvendando os fundamentos teórico-metodológicos que explicam o que é o Serviço Social. Fruto de iniciação científica, baseia-se em pesquisa bibliográfica e objetiva-se contribuir com a análise da gênese da profissão e seu processo de profissionalização.

Palavras-chaves: Mercado de trabalho; Serviço Social; Políticas Sociais.

Introdução

Qual assistente social que nunca fez a pergunta: o que é Serviço Social? Todo estudante de Serviço Social, pelo menos no início do curso, provavelmente questionou o significado desta profissão. Esta pergunta é essencial e não deve ser naturalizada ou banalizada. Sua resposta não é evidente ou aparente.

Respostas que tentaram ficar nas evidências imediatas não conseguem romper o que está oculto e que necessita de distanciamento crítico para elucidar. Portanto, perguntar “o que é Serviço Social” é colocar a profissão como objeto de estudo, o primeiro passo para o desenvolvimento da ciência e da produção do conhecimento.

Muitos confundem “Serviço Social” com “Assistência Social”, expressando o senso comum, hegemônico historicamente. Insistir em distinguir os termos é fundamental para que, estudantes, profissionais e qualquer pessoa, possa referir-se corretamente ao que é a profissão.

Neste sentido, fruto do processo de iniciação científica, buscou-se analisar a gênese da profissão e seu processo de profissionalização a partir da obra de “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, de José Paulo Netto (1992). Sendo o autor assistente social, sua obra é referência para a formação e o trabalho profissional na área, elucidando com fundamentação na obra marxiana e na obra da tradição marxista, o sentido do que é a profissão.

¹ Gabriel Miguel Almeida Felix - Estudante de Graduação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - E-mail: gabrielmaf14@gmail.com

Para responder este questionamento, o presente texto é uma aproximação da resposta construída à partir da pesquisa da obra.

1. **Capitalismo Monopolista, Estado e “Questão Social”**

Para estabelecer uma discussão acerca do mercado de trabalho dos profissionais do Serviço Social, é necessário compreender a influência que a ruptura da profissão com as suas protoformas exerce sobre a inserção da profissão no mercado de trabalho e buscaremos situar o espaço socio-ocupacional que os profissionais ocupam no mercado de trabalho levando em conta a maneira que o mercado de trabalho se configura para esse profissional.

A transição para o capitalismo dos monopólios obedece a urgência de um foco central dos donos dos meios de produção, a maximização dos lucros e o controle dos mercados, durante essa fase do capitalismo, a grande burguesia passa a dominar não só os meios de produção, mas também passa a manipular os mercados, por cima de Estados e Países. É nessa fase do capital que a burguesia expressa suas características de forma mais gritante, como Netto nos mostra: “[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...]” (1992, p.15).

No capitalismo dos monopólios a dinâmica capitalista introduz alguns fenômenos no modo de produção, entre eles se pode destacar a supercapitalização, que diz respeito ao montante de capital acumulado, que enfrenta diversas dificuldades de valorização, apesar da sua utilização de autofinanciamento, esse fenômeno contribui também para o subconsumo, outro fenômeno negativo que emerge e se configura na organização monopólica. As dificuldades que o capital enfrenta no seu desenvolvimento faz com que seja necessário ao monopólio um mecanismo de intervenção extra econômica, ou seja, o Estado, pois

[...] o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. [...] O mais significativo, contudo é que a solução monopolista – a maximização dos lucros pelo controle dos

mercados – é immanentemente problemática: [...] ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos inerentes à acumulação e à valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos [...] o Estado. (NETTO, 1992, p.20)

É nesse ponto que o Estado, capturado pela lógica burguesa do capital, age não mais apenas como garantidor das condições externas de produção – os meios fundamentais de produção – ultrapassando essa “fronteira” e atuando de uma nova maneira. Nesse estágio capitalista, as funções políticas e econômicas do estado se imbricam, dando uma nova dinâmica econômica e societária.

A intervenção estatal possui maior destaque no cenário estratégico, através de planos e projetos de médio e longo prazos, direciona o desenvolvimento societário,

[...] o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise [...] Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO, p.22)

No entanto, é importante situar que junto à transição ao capitalismo dos monopólios também surgem partidos operários que reivindicam melhores condições de trabalho. Explicitando interesses antagônicos, essa tensão política manifesta pela classe trabalhadora faz com que seja necessário a legitimação política do Estado. Atuando efetivamente em favor da burguesia – de forma que propicie as condições necessárias para acumulação do capital monopolista – o Estado age no nível de suas finalidades econômicas, exercendo a função de coesionador da sociedade. Contraditoriamente, o Estado tendo como referência a democracia burguesa, viabiliza o acesso a direitos e garantias sociais e cívicas, organizando assim, um consenso para sua legitimação.

No entanto ao atender as demandas da população o Estado burguês não se vê ameaçado a correr risco de perder sua hegemonia, ao contrário, a forma de devolutivas à população operária lhe concede a legitimidade necessária para atuar em favor de seus interesses. É neste contexto de maximização dos lucros e de explicitação aguda das contradições, que o

Estado torna-se permeável à demandas da classe trabalhadora, tornando-se as expressões da “questão social” objeto de sua intervenção. As mazelas que boa parte da população brasileira e mundial enfrentam já se apresentam em meio a sociedade à muito tempo, as expressões da “Questão Social” assombram a classe trabalhadora antes mesmo da própria denominação da palavra.

No capitalismo monopolista as expressões da “Questão Social” são tratadas através de políticas sociais criadas e gerenciadas pelo Estado burguês, afim de responder demandas da população e ao mesmo tempo responder as necessidades e demandas do capital. Esta ação se dá ao mesmo tempo que esconde sua essência de classe perante a sociedade.

A forma do Estado burguês tratar a “Questão Social” é fragmentando-a em expressões e tratando-as paliativamente, Netto (1992) esclarece isso perfeitamente:

[...] a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza com as características que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remete-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. (NETTO, 1992)

Enquanto aliado da burguesia monopolista, o Estado deve atuar somente nas sequelas advindas da “Questão Social” em si, gerenciando e atuando preferencialmente nas expressões que possuem maior impacto social e que são necessárias fundamentalmente para valorização do capital monopolista, agindo de forma que sempre pareça que tais sequelas são um desvio individual.

2. A gênese do Serviço Social, Política Social e o mercado de trabalho

Situado o caráter das políticas sociais no capitalismo dos monopólios é necessário compreender a trajetória de ruptura e inserção da profissão Serviço Social no mercado de trabalho. Onde a profissão convive em uma relação de continuidade e ruptura com as protoformas filantrópicas e religiosas, porém não é o que define sua inserção no mercado de trabalho.

O que caracteriza a profissionalização do Serviço Social – que até então não fazia parte da lógica de mercado, existindo apenas o caráter caritativo das

suas protoformas – é o movimento de subordinação dos agentes profissionais à orientação diversa da sua vontade. Sendo a política social o espaço no qual se dá a inserção das e dos assistentes sociais, neste se expressa sua condição de assalariamento. Ao vender sua capacidade de trabalho por um determinado tempo, o profissional insere-se na divisão social e técnica do trabalho fazendo girar a relação capital/trabalho. Assim como mostra Netto (1992, p.68): “precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam.” (NETTO, 1992, p.68).

A histórica contradição entre as classes sociais fundamentais fez com que surgisse esse espaço histórico-social para a emergência da profissão, ou seja, as políticas sociais implementadas pelo Estado. Os profissionais do Serviço Social atuam diretamente nas políticas sociais desde sua execução direta até dimensões de planejamento e avaliação.

Devido à sua raiz conservadora, a profissão nasceu para servir de instrumento de controle da força de trabalho, remetendo a uma função de auxiliar do monopólio. No entanto a profissão não é apenas uma necessidade do mercado, que emerge continua e naturalmente, pode responder às necessidades da classe trabalhadora. Neste sentido a profissão nasce como “reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente” (NETTO, 1992, p.74).

As políticas sociais abrem espaço para um ambiente de conflitos político-ideológicos, instauradas tanto para responder a reivindicações da classe operária quanto para responder as necessidades do capital. As e os assistentes sociais inserem-se nesta relação como sujeitos históricos em projetos societários que estão em disputa.

A profissionalização do Serviço Social, ou o que o explica como profissão, refere-se exatamente à sua inserção como agente da política setorial (social) implementada pelo Estado burguês. Logo, a profissão não se explica como o desenvolvimento ou “racionalização” da assistência social ou práticas de ajuda e filantropia.

É o mercado de trabalho e a inserção da, profissão especialmente nas políticas setoriais implementadas pelo Estado, que dará inteligibilidade ao que é o Serviço Social. Segundo Netto (1992) é a ruptura com suas protoformas que explica o que é a profissão.

O mercado de trabalho dos assistentes sociais possui algumas particularidades que estão enraizadas no movimento histórico de constituição da profissão, a predominância feminina é uma característica marcante, de acordo com dados de pesquisa realizada pelo conjunto CFESS-CRESS no ano de 2005, 97% da categoria das(os) assistentes sociais é feminina, além da predominância de heterossexuais (95%) brancas (72%) que atuam como profissionais.

A pesquisa confirma a tendência histórica de inserção dos profissionais em cargos públicos (78%), mostrando também a tendência à municipalização das políticas sociais, tendo 40,97% dos profissionais atuando em cargos públicos municipais. No entanto, a pesquisa também apresenta o tipo de vínculo empregatício, sendo 55,68% estatutários. Se comparados, podemos ver que 78% possuem vínculo empregatício público, ou seja, parte desses profissionais não possuem estabilidade empregatícia mesmo estando em cargos públicos. É necessário analisar que 15% dos profissionais entrevistados não possuem a nomenclatura do cargo que ocupa como assistente social, inicialmente os números não são de grande expressão, porém com a constante movimentação do mercado de trabalho alguns cargos retratam mais a função exercida do que a formação do profissional.

Considerações Finais

A apropriação da pesquisa realizada por NETTO (1992) explicita de forma profunda, didática e fundamentada a relação orgânica que a profissão possui o capitalismo e este em sua forma particular: o capitalismo monopolista. Somente quando o capitalismo evidencia suas contradições mais agudas expressas nas manifestações da “questão social” é que o Estado passa intervir através das políticas sociais.

A característica desta intervenção é fragmentar e setorizar as diferentes expressões, criando políticas setoriais. A gênese da profissão se dará

exatamente neste contexto, para atuar nas “sequelas” da “questão social”, nas mais diferentes políticas setoriais.

O autor evidencia que a profissão se constitui exatamente com a ruptura com suas protoformas. Sendo assim Serviço Social não é Assistência Social, é profissão cujo profissional encontra-se numa condição de assalariamento dada na constituição do mercado de trabalho no qual, a partir de uma relação de compra e venda de sua capacidade de trabalho por um tempo determinado, dá-se sua profissionalização. A redução da jornada de trabalho para 30h semanais sem redução salarial é uma conquista histórica como parte da classe trabalhadora, pauta essencial para a categoria.

Este breve estudo é uma primeira aproximação à problemática desejando somar esforços com demais profissionais que defendem a ciência e o conhecimento como armas da crítica tão necessária na atual conjuntura.

REFERÊNCIAS

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

CFESS. (2005). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf Acesso em: 19 jun 2018.